



Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia			
PROTOCOLO	<div><b>ESTADO DE RONDÔNIA</b> Assembleia Legislativa 18 ABR 2017 Protocolo: <u>034/17</u> Processo: <u>034/17</u></div>	PROJETO DE EMENDA A CONSTITUIÇÃO	Nº <u>033/17</u>
	AUTOR: DEPUTADO ADELINO FOLADOR – DEM		
<p>Revoga o Artigo 230, <i>caput</i> e Parágrafo único, da Constituição do Estado de Rondônia.</p> <p>A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, nos termos do artigo 38, parágrafo 3º, da Constituição do Estado de Rondônia, promulga a seguinte Emenda ao texto constitucional:</p> <p>Art. 1º. Fica revogado o artigo 230, <i>caput</i> e parágrafo único, da Constituição do Estado de Rondônia.</p> <p>Art. 2º. Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.</p> <p>Plenário das Deliberações, 15 de fevereiro de 2017.</p> <p><b>ADELINO ANGELO FOLLADOR</b> DEPUTADO ESTADUAL - DEM</p>			





Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia			
PROTOCOLO		EMENDA	Nº
AUTOR: DEPUTADO ADELINO FOLADOR – DEM			
<p style="text-align: center;"><b>JUSTIFICATIVA</b></p> <p>Excelentíssimos senhores membros da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, tenho a honra de submeter à elevada apreciação e deliberação desta Egrégia Casa Legislativa a presente Proposta de Emenda à Constituição do Estado de Rondônia, que tem por objetivo revogar o artigo 230, <i>caput</i> e parágrafo único, da Constituição Estadual.</p> <p>Nobres parlamentares, como é do conhecimento de Vossas Excelências, o referido artigo 230 da Constituição do Estado de Rondônia definiu como área de preservação permanente "<i>a faixa de cinco quilômetros ao longo da margem direita do rio Guaporé em todo o seu curso no Estado de Rondônia</i>", vedando, nesse espaço territorial, o desenvolvimento de atividades agropecuárias e industriais.</p> <p>Como se sabe, de acordo com o artigo 3º, inciso II, do Código Florestal, as denominadas áreas de preservação permanente consistem em áreas protegidas, cobertas ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas.</p> <p>Atualmente, os limites das áreas de preservação permanente às margens de cursos d'água encontram-se definidos no artigo 4º, inciso I, alíneas "a" a "e", do Código Florestal (Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012), que estabelece faixas que vão de 30 (trinta) a 500 (quinhentos) metros, a depender da largura do curso d'água.</p> <p>Nesse contexto, o que se constata é que a faixa de preservação permanente de 5 (cinco) quilômetros atualmente previstos no artigo 230 da Constituição Estadual encontra-se, a toda evidência, em desacordo com o disposto no artigo 4º, inciso I, alíneas "a" a "e", do Código Florestal,</p>			

*[Handwritten signatures in blue ink]*

Major Amarante 390 Arigolândia Porto Velho|RO.  
Cep.: 76.801-911 69 3216.2816 www.ale.ro.gov.br







Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia

PROTOCOLO

EMENDA

Nº

AUTOR: DEPUTADO ADELINO FOLADOR – DEM

que, repita-se, prevê faixa de preservação permanente de, no máximo, 500 (quinhentos) metros nas margens de rios, a depender da largura do respectivo curso d'água.

Ora, como se sabe, a Constituição Federal, em seu artigo 24, incisos VI, VII e VIII, estabelece ser concorrente entre União, Estados e Distrito Federal a competência para legislar sobre meio ambiente, cabendo à União editar normas gerais e aos Estados e ao Distrito Federal a tarefa de complementá-las e suplementá-las. Por consequência, forçoso concluir que as normas editadas pelos Estados e o Distrito Federal não podem contrariar as regras gerais conditas no Código Florestal, sob pena de serem consideradas inconstitucionais por invadirem a competência legislativa da União.

Nessa linha de pensamento, impende reconhecer que a presente Proposta de Emenda Constitucional tem por objetivo tão somente eliminar a contradição atualmente existente entre o artigo 230 da Constituição Estadual e o artigo 4º, inciso I, alíneas “a” a “e”, do Código Florestal, compatibilizando, assim, as normas complementares editadas pelo Estado de Rondônia com as normas gerais editadas pela União.

Vale ressaltar que a revogação ora proposta não tem o condão, por óbvio, de extinguir a área de preservação permanente atualmente existente ao longo do Rio Guaporé, mas, isso sim, apenas readequá-la aos parâmetros estabelecidos no Código Florestal. É dizer: uma vez aprovada a presente Proposta de Emenda Constitucional, o Rio Guaporé continuará margeado por uma ampla área de preservação permanente, cuja extensão variará de 30 (trinta) a 500 (quinhentos) metros, a depender da largura do curso d'água em questão, conforme determina o Código Florestal.

Portanto, como podem perceber Vossas Excelências, a presente Proposta de Emenda Constitucional objetiva, em síntese, harmonizar a Constituição do Estado de Rondônia com as normas gerais editadas pela União, eliminando as contradições atualmente existentes quanto à extensão da área de preservação permanente situada ao longo do Rio Guaporé.